

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829)

Nelson Nozoe
José Flávio Motta¹

Abstract

This paper studies the people in Bananal, São Paulo, that planted coffee in at least one of the years between 1799 and 1828 and that in 1829 had ceased to produce coffee or did not appear in the 1829 census - the **produtores eventuais** of coffee plantation. The purpose of the study is to achieve a deeper knowledge on the early stages of coffee plantation in São Paulo, using as sources the manuscript censuses and the Land Census. The study of demographic and economic elements allowed a characterization of the **produtores eventuais**: the heads of their households were older in average; their shares in total slaveholding and land property were smaller; most **produtores eventuais** farmed somebody else's land; they lived in poor material conditions and their rate of spatial mobility was high.

Keywords: coffee economy, historical demography, poor farmers, land property, slaveholding, Bananal.

Resumo

O artigo estuda os **produtores eventuais de café** de Bananal (SP) - cafeicultores em pelo menos um dos anos entre 1799 e 1828 e que haviam abandonado a lide cafeeira em 1829, ou então não figuravam no recenseamento atinente a este último ano. Tomando como fontes as listas nominativas de habitantes e o Censo de Terras, visa-se ao aprofundamento do conhecimento acerca dos primórdios da cafeicultura paulista. O exame de elementos demográficos e econômicos permitiu a caracterização dos **produtores eventuais de café**. Seus domicílios eram chefiados por pessoas em média mais velhas. Adicionalmente, tais fogos apresentavam-se menos favorecidos em termos da distribuição das propriedades escrava e fundiária. A grande maioria dos indivíduos em questão exercia sua faina agrícola em terras alheias. Eram, ademais, precárias as condições materiais em que viviam, bem como elevada sua mobilidade espacial.

Palavras-chave: economia cafeeira, demografia histórica, lavradores pobres, propriedade fundiária, posse escrava, Bananal.

¹ Professores da FEA/USP e membros do N.E.H.D.-Núcleo de Estudos em História Econômica, da FEA/USP.

Introdução

O acompanhamento minucioso, baseado nas listas nominativas de habitantes concernentes a vários anos no período de 1799 a 1829, dos domicílios integrantes da localidade valeparaibana paulista de Bananal, tem-nos possibilitado profícuo estudo acerca dos primórdios do desenvolvimento cafeeiro na capitania, depois província, de São Paulo.² Uma dentre as mais interessantes observações que fizemos foi o caráter eventual da produção cafeeira em grande número dos domicílios pesquisados. De fato, por exemplo, foram muitos os fogos que, constando de boa parte dos recenseamentos referidos, tiveram sua produção e comercialização da rubiácea anotada tão-somente em um único ano. Não foi raro verificarmos que não apenas a menção ao café em dado domicílio, mas o próprio domicílio, deixava de constar das listas durante certo tempo, voltando a aparecer, anos mais tarde, comumente não mais como um fogo onde se produzia café, às vezes mesmo tendo seu chefe arrolado como "novo habitante".

A presença destes produtores eventuais de café, bem como a instabilidade de seus domicílios, remeteram-nos, de pronto, à historiografia. Primeiramente, quanto à instabilidade, Alice P. Canabrava - trabalhando igualmente com as listas nominativas de habitantes e tendo como objeto a capitania paulista como um todo em 1765/67 - apontava a ocorrência de "sítios volantes", em trecho que, embora longo, cremos oportuno transcrever:

"Outra parcela da população, muito mais numerosa, vivia dispersa de modo irregular, em áreas imensas, deslocando-se continuamente pelas florestas virgens, sem bens de raiz e, de modo geral, 'sem móvel que perder'. Junto ao morro os homens constróem sua casa de barro, coberta de palhas ou de folhas, e aí vivem com sua família. Como bens dispõem de um cachimbo, uma espingarda para caçar e duas redes, uma na qual dormem, outra com a qual praticam a pesca. Há os que só possuem as redes. Na clareira que abrem na mata, plantam algumas bananeiras, semeiam um pouco de milho, lançando os grãos a mão, na superfície da terra, sobre as cinzas da queimada, que se ateia

² Resultados parciais desse minucioso acompanhamento temporal foram por nós apresentados em MOTTA & NOZOE (1994), trabalho em que estudamos uma amostra formada pelos 217 fogos bananalenses que constavam como produtores da rubiácea no recenseamento de 1829, ano em que a localidade analisada compunha-se de um total de 420 domicílios.

logo após o abate das árvores. De ordinário permanecem no local apenas cerca de um ano, o quanto duram as operações de desflorestar, semear e colher. Vestem-se às vezes com uma camisa de algodão; outros possuem apenas um calção de peles, ou um pedaço de tecido no qual se envolvem ao modo de tanga. 'Como os rios e o mato fornecem mantimento a pouco custo e o calor do país escusa o vestido', comentava o Morgado de Mateus, 'vive a maior parte das gentes vadiando, sem emprego, sem ocupação, na liberdade, na ociosidade e na miséria...'; 'sem rendas nem bens de raiz, sempre mendigos pelo mato, sem nunca possuírem fazenda sólida'. Tais são os chamados 'sítios volantes', sobre os quais constam numerosas referências do governador da Capitania. Em sua grande maioria, os paulistas dos 'sítios volantes' provavelmente integravam os contingentes de população sem riqueza, as famílias sobre as quais os recenseamentos consignaram que 'nada possuem', ou as de mais baixo nível de valor quanto a seus haveres." (CANABRAVA, 1972, p. 103-104)³

Mostra-se evidente, nesta descrição dos "sítios volantes" fornecida pela autora, sua filiação ao modelo pradiano de interpretação de nossa formação sócio-econômica colonial, segundo o qual

"a população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema [econômico dominado pela grande lavoura e trabalhado por escravos-NN/JFM] que se reduzia ao binômio 'senhor e escravo'. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição." (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 198)⁴

³ Características similares, de uma agricultura itinerante, são também observadas por Daniel Pedro Müller, no *Ensaio d'um quadro estatístico da província de S. Paulo*, por ele organizado na segunda metade da década de 1830: "(...) muitos dos cultivadores não satisfeitos com seus terrenos, vão apoz de outros que têm matas, as quaes destrõem para as queimarem, e plantarem, e as abandonão quando ficão em arbustos pouco frondosos, ou em campos, e d'esta maneira a Agricultura em logar de conchegar os habitantes, separou a muitos do seu antigo domicilio (...)" (MÜLLER, 1978, p. 24).

⁴ Entendimento semelhante encontramos, por exemplo, em Maria Sylvania de Carvalho Franco:

Essas características atribuídas por Caio Prado à generalidade dos indivíduos pobres e livres no Brasil colônia não parecem, todavia, aplicar-se aos casos de instabilidade por nós verificados em inúmeros domicílios de Bananal. De fato, os casos de instabilidade estudados no presente artigo referem-se amiúde a indivíduos claramente integrados à faina produtiva da localidade, inclusive como produtores de café. Nesse sentido, defrontamo-nos com um quadro que nos parece mais próximo daquele retratado no estudo sobre os não-proprietários de escravos realizado em COSTA (1992):

"(...) os não-proprietários eram partícipes ativos do mundo produtivo. Faziam-se presentes em todas as culturas, mesmo nas de exportação, vinculavam-se às lidas criatórias, ao fabrico e/ou beneficiamento de bens de origem agrícola e compareciam com relevo nas atividades artesanais. Suas apoucadas posses, é evidente, limitavam e condicionavam sua presença, a qual, não obstante, não pode ser negada nem deve ser subestimada." (COSTA, 1992, p. 111)

De outra parte, no tocante à eventualidade da produção cafeeira, o exame da historiografia conduziu-nos à figura dos "formadores de cafezais", assim referidos por Antonio Candido:

"Há em Bofete algumas fazendas tocadas pelo regime de colonato. Como atualmente (1954) a alta dos preços do café motivou certo interesse por ele, vêem-se alguns formadores, categoria mista entre colono e parceiro, uma vez que a sua obrigação consiste em plantar e tratar da planta até 3 ou 4 anos, em terra do proprietário, na qual é livre de efetuar, para si, as plantações intercaladas." (CANDIDO, 1982, p. 108-109)

Como podemos inferir da citação acima, a categoria em questão foi associada por Candido a uma conjuntura bastante específica. Para José de Souza Martins sua existência prende-se à própria lógica de funcionamento da economia escravista.⁵ Ao discorrer sobre os agregados nas fazendas de

"assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma 'rulé' que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser." (FRANCO, 1983, p. 14)

⁵ Também no período escravista, Alves Motta Sobrinho faz referência aos formadores de cafezais, porém, tal como Antonio Candido, no contexto de uma situação econômica bastante específica: *"Em 1864, houve grande baixa do fumo e vários plantadores da região de Itajubá emigraram*

café, este autor vincula a ação dos formadores de cafezais ao processo de expansão da cafeicultura paulista e fluminense no Oitocentos:

"(...) cabiam ao agregado funções ao mesmo tempo complementares e essenciais numa economia baseada no trabalho escravo. Com muita frequência, o agregado foi empregado na abertura de novas fazendas, na derrubada da mata, no preparo da terra. Foi assim nas fazendas de café de São Paulo e Rio de Janeiro durante o século XIX. A formação da fazenda era processo demorado, levava uns cinco anos até o café estar em condições de oferecer as primeiras safras rentáveis. Só então entrava o escravo no trato do cafezal e na colheita do café. Como o escravo representava capital do fazendeiro, imobilizado sob a forma de renda capitalizada, o seu trabalho só tinha sentido em atividades que fossem imediatamente rentáveis, na produção de mercadorias. (...) O camponês incumbia-se da abertura de uma fazenda e implantação do cafezal em troca do direito de plantar entre os cafeeiros gêneros de que necessitasse, como milho, feijão, arroz, algodão. Formado o cafezal, recebia um pequeno pagamento em dinheiro correspondente ao número de cafeeiros formados. Segundo um fazendeiro paulista no começo do século a formação de uma fazenda saía assim de graça para o fazendeiro. (...) Às vezes, este permitia que o camponês livre retivesse para si o café eventualmente produzido antes da entrega do cafezal, outras vezes entrava de parceria nessa produção." (MARTINS, 1981, p. 38-39)⁶

para a província de São Paulo. O velho capitalista Moreira Lima era credor de muitos desses mineiros arruinados e o cafeicultor Silvério Rodrigues Jordão, da fazenda Morro Azul na Limeira, pediu sua interferência no sentido de propor-lhes um engajamento de 4 anos, para 40.000 cafeeiros, mediante 300 réis por pé. Em carta desse mesmo ano, assim explica o engajamento e suas condições: "Não faço adiantamento algum antes do prazo de 4 anos, época em que em matas virgens, possam-me entregar o cafezal formado; lhes concedo o direito de plantarem cereais em todo o terreno que demandarem, com a condição porém de me ser pertencente a metade do que apurarem. E concordando igualmente na apanhação de cafés que me forem pertencentes, isto nos intervalos que os empreitadores não tenham de se ocupar em suas empreitadas, na razão de 160 réis por alqueire, sendo a seco; e quando se queiram incumbir da capinação e colheita, lhes pagarei na razão de 400 réis, cada um alqueire, também a seco; e supondo que só nesse serviço possam conseguir grande jornal de seus escravos, durante o tempo em que for preciso para cômputo dos 4 anos de prazo para entregarem o cafezal formado, nesta convicção, cumprirei, nesse prazo ao embolso do número de pés de café que formados me forem entregues." (MOTTA SOBRINHO, 1968, p. 83-84)

⁶ "(...) já sob o regime de trabalho livre", escreve Martins em outro trabalho, "o que parece ter sido a modalidade mais freqüente de formação do cafezal (...) consistia em atribuir ao imigrante a formação de um determinado número de pés de café, com direito à colheita dos frutos obtidos no período (...) [além da-NN/JFM] permissão de plantar feijão e milho nas ruas entre os pés de café (às vezes podiam plantar arroz e até algodão nesse espaço). Na entrega do cafezal ao fazendeiro, o colono recebia uma quantia em dinheiro que representava o dispêndio monetário com o estabelecimento da plantação." (MARTINS, 1979, p. 72-73)

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista

SS

LOCUS: revista de história, Juiz de Fora, vol. 5, nº 1, p. 51-84, 1999

A descrição de Martins parece-nos razoável quando referida ao funcionamento de uma economia cafeeira escravista plenamente consolidada. Vale dizer, os formadores de cafezais constituiriam uma categoria de camponeses dependentes do "negociante proprietário de terras e escravos", o qual pautaria suas decisões por uma racionalidade expressa no emprego de sua escravaria tão-somente nas tarefas que lhe garantissem um retorno econômico imediato. Entretanto, como afirma Stanley Stein em seu estudo sobre a localidade fluminense de Vassouras, apenas "*nos arredores de 1835 a cultura cafeeira não constituía mais uma aventura arriscada.*" (STEIN, 1961, p. 30) Tal evolução, que se fez presente nos primórdios da atividade, verificou-se, ao que tudo indica, em Bananal, na década de 1820; até então a cultura da rubiácea mantinha-se como

"(...) um cultivo experimental encetado, juntamente com outras alternativas votadas à comercialização, pelos indivíduos detentores de parques recursos; uma lavoura, enfim, de parques atrativos e que, por conseguinte, colocava-se à margem dos interesses dos escravistas de maior porte." (MOTTA & NOZOE, 1994, p. 313) ⁷

De fato, em fins do Setecentos e inícios do século dezenove era ainda diminuta a expressão da cafeicultura brasileira. Nela, ademais, a produção da capitania paulista não assumira o maior destaque. Em levantamento dos dados de comércio do Brasil colonial, Arruda informa-nos que os treze principais produtos de exportação no período 1796 a 1811

"(...) são responsáveis por 82,5% do volume e valor global das exportações neste período considerado. [...] O açúcar continua a ser o principal produto de exportação, (...) 34,7% do total [...]. É mesmo surpreendente o aparecimento do café com 1,8%, o oitavo produto de exportação." (ARRUDA, 1980, p. 351-352)

Em São Paulo, a região açucareira, onde se salientam as vilas de Itu, Porto Feliz e Campinas, detém em 1818 a "*liderança populacional e também liderança econômica. Com sua florescente produção de açúcar, a região açucareira é o mais*

⁷De forma similar, João de Azevedo Carneiro Maia, em seu *Notícias históricas e estatísticas do município de Rezende, desde a sua fundação*, observava que "*não havia em 1818 fazendeiro algum que dispusesse de cafezal contando mais de 10.000 árvores, afirma-nos o senhor de Freycinet (...)*" (apud TAUNAY, 1939, volume segundo, tomo II, p. 178).

potente motor que propulsiona a economia paulista" (CANABRAVA, 1972a, p. 86). Quanto ao Vale do Paraíba, no mesmo estudo, a autora afirma:

"nas vilas limítrofes com a capitania do Rio de Janeiro, a lavoura do café expandia-se com ímpeto. [...] A produção de açúcar se mantinha ainda em 1818 com muita vitalidade. No conjunto do valor da exportação de seis vilas da região, o café participava nesse ano com 24,80%, o açúcar e os produtos pecuários com o mesmo percentual (32,00%) e os gêneros da lavoura de subsistência com 5,00%." (IDEM, p. 88)

Em Bananal, pois, entre 1799 e 1829, indivíduos que eram produtores eventuais de café não se encaixam nas características da categoria "formadores de cafezais"; de outro lado, ainda que muitos deles detivessem apoucados recursos, decerto não se enquadram no segmento dos vadios e desocupados, criminosos e prostitutas, completamente à margem de nossa sociedade escravista. Defrontamo-nos, portanto, com indivíduos que integram o grupo de pioneiros da cafeicultura, numa quadra em que a atividade viu-se relegada, em boa medida, a um plano secundário, apenas no fim do período começando a atrair o interesse dos possuidores de grandes cabedais.⁸

Os produtores eventuais de café: uma visão de conjunto

Denominamos **produtores eventuais de café** os domicílios de Bananal - e as pessoas que os compunham - produtores de café em pelo menos um dos anos entre 1799 e 1828, e que não eram mais cafeicultores em 1829, ou então não figuravam no recenseamento atinente a este último ano. Integram este grupo, portanto, dois segmentos: a) os indivíduos que permanecem como habitantes da localidade, dedican-

⁸O papel dos pioneiros foi fundamental para o êxito posterior da cafeicultura serra acima, como se lê em STEIN (1961): "nesse período preponderava a pequena lavoura efetuada com a ajuda de alguns escravos, enquanto o cafeeiro se adaptava lentamente e com hesitações ao planalto, e os fazendeiros elaboravam os métodos agrícolas que deveriam seguir durante todo o século." (STEIN, 1961, p. 27). "O plantio do café foi experimentado em diversos tipos de solo e de terreno, sendo que no início, foi provavelmente plantado em roças de milho ou de cana até que a experiência lhes ensinasse que o solo virgem e bem drenado era essencial ao êxito de sua cultura. Essas experiências produziram muitas terras desperdiçadas e esgotadas prematuramente ou cafezais improdutivos." (IDEM, p. 29)

do-se, todavia, a atividades outras que não o cultivo da rubiácea; b) os cafeicultores que, a partir de um dado ano, não foi possível localizar nas listas compulsadas. Este último conjunto, ao que tudo indica, compunha-se majoritariamente daqueles que acabaram por não se fixar em Bananal, vale dizer, caracterizaram uma população migrante; com menor expressividade numérica, alinhavam-se, nesse mesmo conjunto, os elementos falecidos e cujos descendentes também não puderam ser localizados.

Cabe ressaltar, de imediato, que a distinção entre o grupo dos produtores eventuais de café, acima definido, e o conjunto dos cafeicultores de Bananal em 1829 (objeto de exame em MOTTA & NOZOE, 1994), é muito menos nítida do que pode parecer à primeira vista. Por exemplo, é marcante, em muitos casos, a instabilidade com respeito à própria presença ou não nas listas nominativas; ou seja, vários domicílios, recenseados em certo ano, não se faziam presentes em anos subseqüentes, o que não os impedia de voltar a aparecer passado um lapso temporal de amplitude variável. Este fato, ressaltados os casos de omissão atribuíveis aos responsáveis pela feitura dos recenseamentos, provavelmente reflete a extrema mobilidade espacial daquela população. Mais ainda, evidencia o inevitável componente de arbitrariedade presente na definição dos segmentos trabalhados, inclusive no que tange aos dois subconjuntos do grupo dos produtores eventuais de café. Dificuldade similar decorre da oscilação, em muitos dos fogos bananalenses, verificada no elenco de gêneros produzidos; assim, a ausência do registro da produção cafeeira em 1829 poderia significar situação temporária, não representativa de um efetivo abandono da cafeicultura. Em que pesem as dificuldades referidas, a experiência derivada do sistemático manuseio das fontes sugere que as eventuais distorções impostas pelos procedimentos adotados não são de vulto suficiente para comprometer os resultados a seguir expostos.

Isto posto, observamos que, ao longo dos 21 anos cujas listas foram encontradas, os produtores eventuais de café perfizeram um total de 204 domicílios. Estes domicílios serão, nesta seção, tomados em seu conjunto e considerados de acordo com algumas características demográficas de seus chefes e segundo determinados aspectos econômicos (produção cafeeira, posse escrava e propriedade fundiária). Além disso, levaremos em conta, como referencial comparativo, as informações correlatas concernentes ao conjunto dos fogos/chefes de domicílio produtores de café em 1829. Como resultado dessa análise, verificaremos que há um elenco de características peculiares aos produtores eventuais de café, as quais os defi-

nem como um segmento menos favorecido do ponto de vista econômico. Relativamente menos abastados, a participação dos domicílios desse grupo no total da produção cafeeira mostra-se decrescente no tempo, enquanto a presença da mão-de-obra escrava é comparativamente menos importante.

Tabela 1
Produtores eventuais de café:
distribuição de acordo com o número de anos
entre o primeiro e o último registros
de produção cafeeira, contados para cada ano
de abandono da cafeicultura
 (Bananal, 1799-1828)

Último ano de registro como cafeicultores	Número de anos como cafeicultores				Total
	1	2 a 5	6 a 12	13 e +	
1799	2	-	-	-	2
1802	-	1	-	-	1
1814	12	-	-	-	12
1815	2	3	-	-	5
1816	6	6	-	-	12
1817	2	3	-	-	5
1818	18	27	-	-	45
1822	31	3	13	-	47
1825	41	9	8	-	58
1828	8	2	4	3	17
TOTAL	122	54	25	3	204
(%)	(60)	(26)	(12)	(2)	(100)

Fornecemos, na última coluna da Tabela 1, a distribuição dos produtores eventuais de café de acordo com o último ano em que constaram da documentação como cafeicultores, vale dizer, na situação imediatamente anterior ao abandono da cafeicultura e/ou ao afastamento da localidade. Percebemos, antes do mais, a existência de domicílios de produtores eventuais de café em todos os anos nos quais houve o registro da produção da rubiácea.⁹ Contudo, tal ocorrência viu-se fortemente concentrada nos quatro últimos anos arrolados;

⁹ Dos 21 anos pesquisados, não se dispôs de dados sobre a produção em geral para os seguintes casos: 1803, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1811, 1812 e 1813; dos 12 anos restantes, não se registrou produção cafeeira em 1801 e 1804.

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista

dessa forma, dos 204 domicílios em questão, mais de quatro quintos (82%) aparecem a partir de 1818. Ainda na Tabela 1, os mesmos 204 fogos são considerados consoante o número de anos entre o primeiro e o último registros de produção cafeeira.¹⁰ A maioria dos produtores eventuais de café - 122 casos, vale dizer, 60% do total - , constou das listas nominativas como cafeicultores por apenas um ano. Essa proporção eleva-se a quase nove décimos (86%) ao se alargar para de 1 a 5 anos o período em que os produtores eventuais de café mantiveram-se como cafeicultores.¹¹

Exemplo deste breve vínculo com a lavoura cafeeira pode ser buscado entre os introdutores daquele cultivo em Bananal. Assim, Ignácio Ribeiro, um dentre os três únicos cafeicultores bananalenses em 1799, produziu 2 @ de café, vendidas ao preço de 3\$200 réis a arroba. Ignácio, então com 30 anos de idade, era casado com Anna Joaquina; junto ao casal habitavam duas filhas, Leonor e Maria. Não-proprietário de escravos, a mão-de-obra familiar deve ter sido a única responsável pela produção, também, de 50 alqueires de milho, 6 de arroz e 10 de feijão, consumidos "em casa". Ignácio, ademais - bem como os dois outros produtores da rubiácea àquele ano - , vivia em terras de favor pertencentes ao Capitão Hilário Gomes Nogueira, o maior escravista de Bananal ao término dos Setecentos. Arrolado com estas características em 1799, Ignácio Ribeiro não mais constou das listas nominativas da localidade nos anos subseqüentes.

Por outro lado, apenas três (2%) dos 204 fogos em tela permaneceram como cafeicultores por prazo superior a 12 anos. Um desses três domicílios era chefiado pelo Alferes André Lopes Correia. Presente na localidade em 1799, com 50 anos de idade, esse mineiro de São João del Rei, casado com Anna Ribeira Barbosa, possuía 5 escravos que empregava na produção de 200 alqueires de milho, 30 de arroz, 30 de feijão e 15 de farinha de mandioca, gêneros que foram consumidos no âmbito domiciliar. Ademais, o Alferes possuía 10 bestas, o que eventualmente indicaria sua condição de tropeiro. Por fim, era

¹⁰ Ressalte-se que os mencionados registros não definem, necessariamente, um período contínuo de produção cafeeira e/ou de presença em Bananal.

¹¹ É bem possível que essa proporção esteja superestimada, seja pela inexistência do informe sobre a produção para vários anos, seja pela falta de diversas listas nominativas. Não obstante, no que respeita à ausência de informação sobre a produção, observamos que a expressiva participação relativa, dentre os produtores eventuais de café, daqueles que se vincularam à cafeicultura por apenas um ano vê-se corroborada pelo fato de que, para 58 desses 122 casos, o único registro como cafeicultor foi também a única vez que os fogos em questão figuraram nos recenseamentos compulsados. De outra parte, no que concerne à falta das listas, notamos que as principais lacunas existentes (entre 1818-1822, 1822-1825 e 1825-1828) não compreendem período superior a 5 anos; vale dizer, o eventual efeito dessas lacunas seria, no máximo, o de alterar os percentuais entre as primeira e segunda colunas da Tabela 1. Em suma, os fatores de superestimação lembrados nesta nota não comprometem a afirmação da curta permanência no cultivo da rubiácea dos produtores em questão.

igualmente criador de gado vacum, exportado para o Rio de Janeiro, atividade que lhe rendeu 200\$000 réis. Localizado até 1828 em todas as listas disponíveis, esse domicílio aparece pela primeira vez como produtor de café em 1804; neste ano, com 7 cativos, foram produzidas 20 @ da rubiácea, transacionadas para o Rio ao preço de 5\$000 réis a arroba.¹² Sem qualquer referência à criação de bovinos anteriormente verificada, bem como à posse de bestas, do leque de produtos exportados por André Lopes fez parte também, naquele mesmo ano, o toucinho (10 @, vendidas por 2\$000 réis a unidade).

A produção cafeeira do fogo sob exame manteve-se razoavelmente estável até 1815, em torno de 20 @; outrossim, no mesmo período, manteve-se praticamente inalterado o tamanho do plantel de escravos. Em 1815, ademais, iniciou-se o registro de um modesto fabrico de açúcar: 16 @ cujo destino não é informado. De 1816 a 1825 apresentam-se crescentes seja a produção cafeeira (50 @ em 1816 e 260 em 1825), seja a escravaria possuída (11 cativos no primeiro e 20 no último dos anos mencionados). Ainda nesse intervalo temporal, o informe acerca das quantidades produzidas revela significativa oscilação no que respeita ao açúcar, de um mínimo dado pela inexistência de registro em 1822 até um máximo de 800 @ em 1818. Em 1828, o domicílio, então encabeçado pela viúva Anna Ribeira Barbosa, contava com 11 escravos, tendo produzido 50 @ de café. Esse fogo não constava da documentação em 1829, seja chefiado pela viúva ou por algum de seus filhos. É possível que se tenha dado o óbito de Anna Barbosa, que era já octogenária no ano anterior.

O conjunto dos produtores eventuais de café é uma vez mais considerado na Tabela 2. Desta feita, consoante sexo, estado conjugal e cor do chefe de domicílio, tomamos os informes com fundamento no derradeiro ano de registro de produção cafeeira. Adicionalmente, fazemos constar da dita tabela os dados análogos atinentes aos cafeicultores de 1829, os quais são computados segundo a situação verificada neste último ano.

Levando-se em conta, de início, a distribuição de acordo com o sexo, verificamos que, tanto para os produtores eventuais de café como para os cafeicultores de 1829, é marcante o predomínio dos elementos do sexo masculino, que perfazem mais de quatro quintos (82,4%) do total no primeiro caso e mais de nove décimos (92,1%) no segundo. De outra parte, no que concerne ao estado conjugal, percebemos, também para as duas situações analisadas, a supremacia numérica dos casados: quase dois terços (65,7%) entre os produtores

¹² Quanto à variação no número de cativos presentes no domicílio, cabe ressaltar que, em 1801, aparece a informação de que 3 escravos - dentre os 7 arrolados - pertenciam à filha Anna, casada, recém-agregada ao fogo, vinda de Minas, "devido à ausência de seu marido".

eventuais de café e cerca de oito décimos (80,1%) entre os integrantes do outro grupo. Quanto à cor, a preponderância dos brancos assume proporções muito próximas nos dois segmentos considerados, alçando-se, respectivamente, a 82,2% e 82,4%. As disparidades percebidas - atinentes ao sexo e estado conjugal - decorrem basicamente da presença mais pronunciada, entre os produtores eventuais de café, dos indivíduos viúvos e, principalmente, do sexo feminino. De fato, os viúvos correspondiam a 11,8% dos produtores eventuais de café do sexo masculino e a apenas 4,6% dos homens cafeicultores de 1829; para as viúvas, os percentuais correlatos igualaram-se a, respectivamente, 15,6% e 7,4%. A essa significativa participação de chefes de domicílio que vivenciaram o falecimento do cônjuge, ocorrência à qual, no caso de proprietários, sucede a partilha dos bens, corresponde, provavelmente, um mais modesto cabedal a caracterizar aqueles que abandonaram a cafeicultura e/ou não foram localizados no recenseamento de 1829. Nesta situação, por exemplo, parece enquadrar-se o caso de Anna Ribeira Barbosa, acima descrito.

Tabela 2

Comparação entre os produtores eventuais de café e os cafeicultores em 1829: sexo, estado conjugal e cor (Bananal, 1799-1829, em %)

Estado conjugal / Cor	Produtores eventuais de café			Cafeicultores em 1829		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Solteiros						
. Brancos	5,4	0,5	5,9	6,9	-	6,9
. Negros	0,5	-	0,5	0,5	-	0,5
. Pardos	0,5	-	0,5	0,5	-	0,5
Casados						
. Brancos	51,4	1,5	52,9	66,3	-	66,3
. Negros	2,0	-	2,0	1,8	-	1,8
. Pardos	9,8	-	9,8	11,5	0,5	12,0
. N/C	1,0	-	1,0	-	-	-
Viúvos						
. Brancos	9,8	13,6	23,4	3,2	6,0	9,2
. Negros	0,5	0,5	1,0	-	0,5	0,5
. Pardos	1,5	1,5	3,0	1,4	0,9	2,3
Total	82,4	17,6	100,0	92,1	7,9	100,0

Outro importante atributo dos chefes de domicílio produtores eventuais de café é sua origem, informe que, nas listas nominativas, poderia referir-se seja ao local de nascimento, ao que tudo indica a alternativa mais usual, seja ao de procedência imediata. Esse dado é fornecido na Tabela 3, na qual, ademais, mantemos a comparação com os chefes dos domicílios em que se produzia café em 1829. A distribuição dos indivíduos segundo a origem evidencia uma expressiva variedade a qual, decerto, é indicativa dos níveis elevados de mobilidade espacial a caracterizar a região da qual Bananal era parte integrante. Em boa medida, esses movimentos populacionais refletem a recentidade de Bananal, fundada no último quartel do século XVIII, mais exatamente em 1783.

Tabela 3
Comparação, segundo a origem, entre os produtores de café e os cafeicultores em 1829
(Bananal, 1799-1829, em %)

Origem	Produtores eventuais de café		Cafeicultores em 1829	
	N ^o s.abs.	%	N ^o s.abs.	%
Bananal	36	17,6	54	24,9
V. Paraíba paulista	64	31,4	47	21,7
São Paulo (demais)	7	3,4	9	4,1
V. Paraíba fluminense	28	13,7	30	13,8
Município da Corte	16	7,8	11	5,1
R.de Janeiro (demais)	3	1,5	4	1,8
Minas Gerais	35	17,2	32	14,7
Europa	8	3,9	21	9,7
Ilhas	-	-	6	2,8
África	5	2,5	3	1,4
Não identificada	2	1,0	-	-
Total	204	100,0	217	100,0

Assim, recém-constituída, Bananal colocava-se, no período aqui examinado, como efetivo pólo de atração demográfica.¹³ Além de incorporar-se a uma das correntes de povoamento da capitania paulista, vale dizer, aquela que

¹³ Cabe ressaltar que não se ignora o fato de que, entre 1818 e 1822 a localidade vivenciou uma queda, inclusive em termos absolutos, de sua população livre. As possíveis causas e implicações deste fenômeno foram examinadas com maior minúcia em MOTTA (1990, p. 170-176). Não obstante, computados os cativos, a população bananalense mostrou-se sempre crescente.

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista



LOCUS: revista de história, July de Foz, vol. 5, nº 1, p. 51-84, 1999

desde São Paulo de Piratininga, Mogi das Cruzes e Taubaté, avançou pelo Vale do Paraíba, a localidade em questão punha-se também na fronteira do movimento de expansão da lavoura cafeeira, cujo epicentro estava radicado na periferia da cidade do Rio de Janeiro. A interação desses elementos do afluxo populacional direcionado para Bananal tornava-se mais complexa pela presença de um terceiro fator, representado por parcela dos contingentes que, oriundos de Minas Gerais, demandavam regiões localizadas nas capitanias limítrofes.¹⁴ Delineiam-se, portanto, os três principais focos de origem da população bananalense. De outra parte, o peso relativo de tais focos, como observamos na Tabela 3, pouco difere entre produtores eventuais de café e cafeicultores. A exceção fica por conta do esperado crescimento da participação dos indivíduos nascidos na própria localidade estudada, crescimento este que se reflete especialmente no caso dos cafeicultores, visto que, para eles, o dado sobre a origem foi tomado, sempre, no último ano do período. Assim, para ambos os segmentos considerados, cerca de metade dos chefes de domicílio provinham da capitania de São Paulo (52,4% dos produtores eventuais de café e 50,7% dos cafeicultores em 1829); aproximadamente um quinto originava-se da capitania fluminense (respectivamente, 23% e 20,7%); por fim, eram naturais de Minas Gerais 17,2% dos produtores eventuais de café e 14,7% dos cafeicultores.

A consideração das variáveis definidoras do perfil demográfico dos chefes de domicílio produtores eventuais de café completa-se, na Tabela 4, com a observação do informe acerca da idade média, a qual foi calculada com fundamento no ano do último registro como cafeicultores, vale dizer, às vésperas de seu afastamento da cafeicultura e/ou da localidade. No que respeita ao grupo dos cafeicultores presentes em 1829, mantido como referencial comparativo, levantaram-se os informes em tela, a cada ano, tão-somente para os domicílios que estavam a produzir café. Verifica-se, de pronto, que a idade média dos chefes de domicílio produtores eventuais de café mostra-se relativamente elevada, em quase todos os casos na casa dos 40 anos. Tal cifra coaduna-se com a igualmente elevada participação de viúvos entre aqueles indivíduos, observada anteriormente a partir dos dados da Tabela 2.

¹⁴ Além do caso sob exame, a expressividade desses contingentes vindos das Minas Gerais é verificada, por exemplo, para o sertão do Rio Pardo. Referindo-se à região onde viria a constituir-se a Vila de Nossa Senhora da Conceição da Franca, escreve Lucila R. Brioschi: "A partir do início do século XIX, ... O fluxo migratório, que até então viera de outras vilas e freguesias de São Paulo, foi substituído por outro vindo do leste, formado por mineiros" (BRIOSCHI, 1995, p. 116).

Tabela 4
**Comparação das idades médias, a cada ano,
 dos produtores eventuais de café
 dos cafeicultores em 1829**
 (Bananal, 1799-1828, em anos)

Anos	Produtores eventuais de café	Cafeicultores em 1829
1799	50,0	-
1802	46,0	-
1814	42,8	39,9
1815	38,0	42,5
1816	40,4	39,9
1817	40,4	39,3
1818	46,4	39,2
1822	45,8	41,1
1825	43,5	39,9
1828	43,5	42,2

Tabela 5
**Quantidade produzida de café segundo presença
 ou não do cafeicultor em 1829**
 (Bananal, 1799-1829)

Ano	produtores eventuais de café		cafeicultores em 1829		Total	
	arrobas	%	arrobas	%	arrobas	%
1799	9	100	0	0	9	100
1802	40	100	0	0	40	100
1804	20	100	0	0	20	100
1814	799	49	844	51	1643	100
1815	901	50	906	50	1807	100
1816	1418	51	1382	49	2800	100
1817	1528	37	2549	63	4077	100
1818	1715	40	2594	60	4309	100
1822	7410	39	11662	61	19072	100
1825	4407	18	20681	82	25088	100
1828	1335	3	46149	97	47484	100
1829	-	-	47130	100	47130	100

Apresentadas algumas características dos fogos produtores eventuais de café, com base em variáveis de natureza demográfica atinentes aos indivíduos que os encabeçavam, cabe prosseguir com esse esforço de caracterização mediante o exame de elementos de ordem econômica, referentes aos domicílios em questão. Isto é feito, de início, na Tabela 5,

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista

centrando-se a atenção na produção cafeeira. O total dessa produção em Bananal, a cada ano, é distribuído consoante sua origem em fogos produtores eventuais de café ou naqueles que se mantinham como cafeicultores em 1829

Mostra-se notável a evolução da quantidade produzida da rubiácea, a qual se viu centuplicada entre 1802 e 1817 (de 40 para mais de 4.000 @) e, entre 1817 e 1828, cresceu quase 12 vezes (de 4.077 para mais de 47.000 @). Nessa conjuntura de rápido incremento da cafeicultura em Bananal, salienta-se a significativa contribuição dos fogos produtores eventuais de café; tais domicílios, em boa parte do período estudado, responderam por cerca de metade do café produzido.¹⁵ Esse expressivo contributo assentou-se, nos anos em que se esteve próximo daquela proporção, em um número de fogos mais elevado do que o dos cafeicultores de 1829. Assim, em 1814, 49% da produção local era proveniente de 40 fogos produtores eventuais de café (63% do total de domicílios cafeeiros), ao passo que o restante (51%) originava-se dos 23 fogos (27%) que permaneceram como produtores de café em 1829. Nos anos subseqüentes, os domicílios produtores eventuais de café foram: 32 em 1815, 51 em 1816, 54 em 1817 e 69 em 1818; nesses mesmos anos, os demais fogos cafeeiros somaram, respectivamente, 21, 34, 49 e 51.¹⁶ Esses números sugerem que a produção média dos produtores eventuais de café era inferior à dos outros cafeicultores, fenômeno que decerto está a refletir a existência de distintos padrões de distribuição da propriedade escrava a vigor nos dois segmentos considerados.

De fato, são marcantes as disparidades no que respeita à distribuição da escravaria, as quais se patenteiam com fundamento nos percentuais fornecidos nas Tabelas 6 e 7, das quais constam, a cada ano, a totalidade dos fogos produtores de café. Na primeira dessas tabelas apresentamos a distribuição percentual dos domicílios - produtores eventuais de café e cafeeiros em 1829 - de acordo com a presença ou não de cativos e, no caso dos fogos escravistas, consoante três faixas de tamanho dos plantéis. Percebemos, nitidamente, a maior relevância dos não-proprietários de escravos no segmento dos produtores eventuais de café. Dessa forma, tomando-se o pe-

¹⁵ Afastam-se dessa proporção os três primeiros e os três últimos anos inscritos na Tabela 4. Quanto a 1799, 1802 e 1804, o predomínio dos produtores eventuais de café, ainda que absoluto, refere-se a um número muito reduzido de observações (3 em 1799, 1 em 1802 e 1 em 1804). No que diz respeito a 1825, 1828 e 1829, o decréscimo - tendente a zero - da produção dos produtores eventuais de café reflete, simultaneamente, a maior estabilidade dos moradores na localidade e, principalmente, o procedimento que adotamos neste estudo, qual seja, o de fixar, como referencial para a própria definição dos produtores eventuais de café, o ano de 1829.

¹⁶ Na década de 1820, pelos motivos aludidos na nota anterior, a supremacia numérica inverte-se: os produtores eventuais de café são 68 fogos em 1822, 66 em 1825, apenas 17 em 1828 e não se definem para 1829; em contrapartida, os domicílios cafeeiros, que se mantêm como tal em 1829, são, nesses mesmos anos, 84, 137, 188 e 217.

riodo como um todo, a menor participação relativa dos não-escravistas naquele segmento é superior a um terço (35,3%, em 1822), cifra que ultrapassa o maior percentual correlato (34,1%, em 1829) observado entre os domicílios que compunham o segundo grupo. Mais ainda, em alguns dos anos considerados, os não-proprietários de cativos chegam a ser maioria dentre os produtores eventuais de café (em 1814, 55%; em 1818, 60,9%; e em 1799 e 1802, 100%); de outra parte, entre os cafeicultores presentes em 1829, os não-escravistas chegam a corresponder a menos de um décimo (9,5%, em 1815).

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista

Tabela 6
Distribuição dos domicílios produtores de café segundo presença ou não do cafeicultor em 1829 e de acordo com o número de escravos possuídos (Bananal, 1799-1829, em %)

Anos	Não proprietários de escravos	Faixas de tamanho dos plantéis			Total
		1 a 4	5 a 9	10 e +	
Produtores eventuais de café					
1799	100,0	-	-	-	100,0
1802	100,0	-	-	-	100,0
1804	-	-	100,0	-	100,0
1814	55,0	20,0	15,0	10,0	100,0
1815	43,7	18,8	21,9	15,6	100,0
1816	43,2	25,5	23,5	7,8	100,0
1817	49,9	24,1	16,7	9,3	100,0
1818	60,9	20,3	11,6	7,2	100,0
1822	35,3	35,3	19,1	10,3	100,0
1825	47,0	27,3	13,6	12,1	100,0
1828	41,2	29,4	5,9	23,5	100,0
Cafeicultores em 1829					
1814	17,4	56,5	8,7	17,4	100,0
1815	9,5	52,5	19,0	19,0	100,0
1816	23,5	38,3	20,6	17,6	100,0
1817	32,7	30,6	16,3	20,4	100,0
1818	27,4	39,3	7,8	25,5	100,0
1822	26,2	26,2	22,6	25,0	100,0
1825	23,4	32,1	21,9	22,6	100,0
1828	31,9	25,0	17,0	26,1	100,0
1829	34,1	25,3	16,6	24,0	100,0

À maior relevância dos não-proprietários de cativos entre os produtores eventuais de café corresponde, é evidente, a maior importância dos escravistas entre os cafeicultores de 1829. Neste último grupo, adicionalmente, mostram-se significativos os percentuais atinentes aos plantéis de maior tamanho. Vale dizer, enquanto no segmento em foco a participação relativa dos detentores de 10 ou mais escravos oscilou entre 17,4% e 26,1%, tal participação, no caso dos produtores eventuais de café, atingiu níveis mais modestos, variando entre 7,2% e 23,5%. Todavia, não obstante as discrepâncias verificadas entre esses patamares, chama a atenção o fato de as três faixas de tamanho dos plantéis acharem-se representadas em ambos os segmentos aqui considerados.

As colocações acima evidenciam que, embora entre os produtores eventuais de café a presença dos não-proprietários de cativos fosse comparativamente mais marcante, havia também entre eles escravistas de grande porte. Este o caso, por exemplo, do Sargento-mor Brás de Oliveira Arruda. Localizado nas listas nominativas desde 1799, ano em que vivia ainda no domicílio chefiado por seu pai, José Antônio de Oliveira, um criador de gado detentor de 41 escravos, Brás contraiu núpcias, em 1804, com D. Alda Maria Floriana Nogueira, uma das filhas do Capitão Hilário Gomes Nogueira. No ano de seu casamento, possuidor de 31 cativos, Brás Arruda produzia mantimentos, consumidos "em casa", e comercializava gado com a praça do Rio de Janeiro. O café foi produzido pelo domicílio em questão apenas nos anos de 1822 e 1825; respectivamente, 3.000 e 800 @, exportadas para a Corte. Nestes mesmos anos, igual destinação foi dada à produção domiciliar de açúcar e aguardente. Outrossim, mantinha-se a produção para consumo doméstico de toucinho, milho, arroz e feijão. Os anos de produção cafeeira foram também aqueles em que o fogo atingiu as maiores cifras no que tange à escravaria possuída: eram 245 os cativos em 1822 e 171 em 1825. O término da década de 1820 encontra o domicílio sob exame já encabeçado por D. Alda, então viúva, ainda com elevado contingente escravo (105 indivíduos), porém não mais dedicado à produção da rubiácea. Em 1828 e 1829, esse fogo especializara-se no fabrico de derivados da cana-de-açúcar, aos quais se somava a sempre presente produção de mantimentos.¹⁷

¹⁷ É possível que o fracionamento do patrimônio de Brás Arruda, posterior ao seu falecimento ocorrido entre 1825 e 1828, tenha significado, além da diminuição do número de escravos detidos pela viúva, também o parcelamento da propriedade territorial. De tal partilha quicá decorra o desaparecimento observado da produção cafeeira. Não foi possível, todavia, confirmar essa hipótese, pois não foram localizados outros domicílios chefiados por algum dos oito filhos do Sargento-mor. Cabe mencionar, por fim, a referência, na documentação de 1829, à existência de uma outra fazenda para onde haviam sido levados 3 cativos, razão à qual se atribuía correspondente diminuição do número de integrantes do plantel de D. Alda.

Tabela 7
Distribuição dos escravos existentes nos domicílios produtores de café segundo presença ou não do cafeicultor em 1829 e de acordo com faixas de tamanho dos plantéis
 (Bananal, 1799-1829, em %)

Anos	Faixas de tamanho dos plantéis			Total
	1 a 4	5 a 9	10 e +	
Produtores eventuais de café				
1804	-	100,0	-	100,0
1814	14,4	23,5	62,1	100,0
1815	7,4	22,3	70,3	100,0
1816	14,2	35,5	50,3	100,0
1817	17,0	30,1	52,9	100,0
1818	20,5	27,5	52,0	100,0
1822	8,6	14,8	76,6	100,0
1825	10,0	14,8	75,2	100,0
1828	13,5	6,8	79,7	100,0
Cafeicultores em 1829				
1814	10,9	5,1	84,0	100,0
1815	9,3	9,0	81,7	100,0
1816	9,6	14,1	76,3	100,0
1817	8,6	12,2	79,2	100,0
1818	9,4	5,8	84,1	100,0
1822	5,5	13,4	81,1	100,0
1825	8,1	16,7	75,2	100,0
1828	5,9	12,1	82,0	100,0
1829	6,1	12,4	81,5	100,0

A propriedade escrava é uma vez mais enfocada na Tabela 7. Desta feita, restringimos a análise aos fogos escravistas, sejam eles produtores eventuais de café ou não, apresentando a distribuição percentual dos cativos segundo faixas de tamanho dos plantéis. As escravarias pequenas e médias assumem peso relativo em geral maior nos domicílios produtores eventuais de café. Assim, os plantéis de 1 a 4 escravos só possuem maior importância relativa entre os domicílios do segundo grupo em 1815 (9,3% vis-à-vis 7,4% entre os produtores eventuais de café); para os plantéis de 5 a 9 cativos, fenômeno correlato apenas é verificado em 1825 e 1828 (respectivamente, 16,7% versus 14,8% e 12,1% contra 6,8%). Não obstante estes diferenciais, observamos que, em ambos os

segmentos de escravistas e em todos os anos considerados (com a exceção de 1804), a maior parte dos cativos vivia em plantéis com 10 ou mais indivíduos. Tal concentração nos plantéis de maior tamanho mostrava-se mais acentuada entre os cafeicultores de 1829, oscilando de 75,2% a 84,1%, percentuais que, para os produtores eventuais de café, variaram de zero a 79,7%.

Finalizamos a caracterização do conjunto dos produtores eventuais de café mediante a apreciação do informe acerca da propriedade fundiária. Para tanto, lançamos mão do Inventário de Bens Rústicos, realizado em 1818.¹⁸ Da **"Relação das Pessoas que ocupão os Terrenos nesta Villa de São Miguel das Areas"**, eram 84 os proprietários de terras na Freguesia do Bananal, dos quais 64 (76,2%) - localizados igualmente nas listas nominativas de habitantes - integravam o segmento dos produtores eventuais de café ou o dos cafeicultores de 1829. Esses dois grupos, no ano de realização do Censo de Terras, eram formados, respectivamente, por 103 e 117 chefes de domicílio. Dentre os 103 produtores eventuais de café, os proprietários fundiários eram 23, vale dizer, pouco mais de um quinto do total (22,3%); o percentual correlato para o caso dos 117 cafeicultores de 1829 situava-se ligeiramente acima de um terço (41 proprietários, isto é, 35%). As mesmas considerações traçadas quando da observação da distribuição da posse escrava reafirmam-se, pois, em termos da propriedade fundiária: os produtores eventuais de café compunham um segmento, em média, detentor de mais modestos cabedais vis-à-vis os indivíduos que se mantiveram na localidade dedicados ao cultivo da rubiácea.

As duas modalidades de riqueza em tela - terras e cativos - são enfocadas simultaneamente com base nos informes apresentados na Tabela 8. De imediato, verificamos a existência de uma estreita correlação entre a posse daqueles dois ativos. Assim, quase dois terços (65%) dos proprietários de terra produtores eventuais de café eram também senhores de escravos; para os cafeicultores de 1829, essa proporção atingia quase os quatro quintos (78,1%). Adicionalmente, percebemos que os não-escravistas proprietários de terras, ainda que presentes de maneira significativa nos dois segmentos levados em conta, tinham participação relativa mais acentuada dentre os produtores eventuais de café (35% versus 21,9% entre os cafeicultores de 1829). No extremo oposto da distri-

¹⁸ Localizamos, de fato, dois censos de terras concernentes à Vila de São Miguel das Areas. O primeiro, realizado em 1818 sob a responsabilidade do Capitão-mor Gabriel Serafim da Silva; o outro, datado aos 22 de julho de 1819 e assinado pelo Capitão-mor Domingos da Silva Moreira. Ainda que este último documento traga consignada em sua primeira página a expressão "segunda via", os dois arrolamentos não são idênticos. Optamos, então, pela utilização do rol de proprietários fundiários de 1818, pois para este ano contávamos com a lista nominativa de habitantes.



buição da escravaria, o que se observa é a maior importância dos plantéis com 10 ou mais cativos no último dos segmentos analisados (29,3% contra 17,5% entre os produtores eventuais de café).¹⁹

Tabela 8
Proprietários fundiários: distribuição segundo presença ou não como cafeicultor em 1829 e de acordo com o número de escravos possuídos (Bananal, 1818)

Não-escravistas	Faixas de tamanho dos plantéis			Total
	1 a 4	5 a 9	10 e +	
Produtores eventuais de café				
8	7	4	4	23
Cafeicultores em 1829				
9	15	5	12	41

Para além da cafeicultura em Bananal

Empreendemos, no tópico vertente, um esforço adicional no sentido de definir, no conjunto dos produtores eventuais de café, as peculiaridades dos segmentos que o compunham. Eram, de um lado, os **permanentes**, indivíduos que, ainda vivendo na localidade, não mais se dedicavam à lide cafeeira; de outro, os **não-permanentes**, aqueles cuja localização nas listas nominativas dos habitantes não foi possível. Neste último caso, é provável que tais pessoas houvessem deixado Bananal, ou ainda, tivessem falecido sem que seus descendentes fossem, a sua vez, localizados nas mesmas listas. Cabe ressaltar que procedemos à localização dos permanentes com base nos cen-

¹⁹ Esses comentários são corroborados quando tomamos os pesos relativos de escravistas e não-escravistas nos conjuntos de produtores eventuais de café e cafeicultores de 1829 que não eram proprietários fundiários. Havia nos dois segmentos 156 chefes de domicílio não-detentores de terras, dos quais 80 do primeiro grupo e 76 do segundo. Entre esses 80 produtores eventuais de café, 61 (76,3%) não possuíam escravos; igualmente não-escravistas eram 48 (63,2%) dos aludidos 76 cafeicultores de 1829. Reafirmam-se, pois, de um lado, a marcante interação entre o acesso à propriedade de terras e de escravos; de outro lado, o caráter menos abastado dos produtores eventuais de café.

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista

tos atinentes à década de 1820, período em que se concentraram as ocorrências de abandono da cafeicultura.

Dos 204 domicílios produtores eventuais de café, 38 (18,6%) foram encontrados, não mais como cafeicultores, na documentação referente aos anos de 1822, 1825, 1828 e/ou 1829; compõem, por conseguinte, o conjunto dos permanentes.²⁰ A análise que se segue está centrada nesses fogos, examinados com ênfase na comparação com o restante dos domicílios produtores eventuais de café, e salientadas as mesmas variáveis demográficas e econômicas com as quais se trabalhou no item anterior.²¹ Os resultados obtidos apontam, uma vez mais, para a diferenciação entre os segmentos estudados. Assim, se os produtores eventuais de café haviam-se mostrado, em média, detentores de recursos econômicos mais modestos vis-à-vis os cafeicultores de 1829, desta feita, verifica-se serem os permanentes, dentre os produtores eventuais de café, aqueles nos quais a ausência de maiores cabedais era mais acentuada. Tal se dava, em especial, no que respeita à posse escrava, bem como à propriedade fundiária, refletindo-se, inclusive, nas quantidades médias anuais produzidas de café.

Fornecemos na Tabela 9 a distribuição dos chefes de domicílio produtores eventuais de café, permanentes e não-permanentes, de acordo com as variáveis sexo, estado conjugal e cor.

Os percentuais constantes da tabela evidenciam o forte predomínio de indivíduos do sexo masculino, em ambos os casos superior a quatro quintos.²² Menos pronunciada, porém igualmente comum a permanentes e não-permanentes, era a supremacia numérica dos chefes de domicílio casados, atingindo, respectivamente, as cifras de 79% e 63,3%; aqui, todavia, as discrepâncias entre os dois segmentos considerados são de maior monta. Dessa forma, o peso relativo de solteiros e viúvos, de ambos os sexos, mostrou-se maior entre os não-permanentes. É possível que a alternativa de abandono da localidade fosse mais viável para os solteiros do que para casados ou viúvos, em especial os homens, quiçá iniciando sua vida familiar em outras freguesias; por outro lado, é

²⁰ Esse percentual elevar-se-ia para 22,8% caso fossem considerados tão-somente os 167 fogos que se tornaram produtores eventuais de café a partir de 1818.

²¹ No que se refere às variáveis demográficas, não se estará reportando, nesta seção, à origem dos chefes de domicílio, uma vez que a distribuição encontrada não se apresentou distinta entre os segmentos examinados de produtores eventuais de café.

²² O predomínio masculino ligeiramente mais acentuado entre os permanentes (89,4% versus 81,3%) sugere que, além do afastamento da localidade, da morte e dos eventuais equívocos cometidos pelos recenseadores, a ocorrência de casamentos ou recasamentos é um fator a dificultar a localização dos fogos produtores eventuais de café chefiados por mulheres. Assim, por exemplo, uma mulher solteira ou viúva, chefe de um domicílio cafeeiro, que viesse a contrair núpcias e deixasse de ser identificada na amostra, seria classificada como produtora eventual de café não-permanente, muito embora houvesse permanecido em Bananal em um fogo produtor de café.

bastante plausível a suposição de uma incidência mais acentuada de defunções entre os viúvos, cujas idades, em média, eram mais avançadas do que as de casados e solteiros.

Tabela 9
Comparação entre os produtores eventuais de café que permanecem na localidade e aqueles que a abandonam: sexo, estado conjugal e cor
 (Bananal, 1799-1829, em %)

Estado conjugal / Cor	Produtores eventuais de café					
	Permanecentes			Não-permanecentes		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Solteiros						
.Branços	2,6	-	2,6	6,0	0,6	6,6
.Negros	-	-	-	0,6	-	0,6
.Pardos	-	-	-	0,6	-	0,6
Casados						
.Branços	63,2	-	63,2	49,5	1,8	51,3
.Negros	2,6	-	2,6	1,8	-	1,8
.Pardos	13,2	-	13,2	9,0	-	9,0
.N/C	-	-	-	1,2	-	1,2
Viúvos						
.Branços	5,2	8,0	13,2	10,8	14,5	25,3
.Negros	2,6	2,6	5,2	-	-	-
.Pardos	-	-	-	1,8	1,8	3,6
Total	89,4	10,6	100,0	81,3	18,7	100,0

As possibilidades acima aventadas vêem-se corroboradas quando se calculam as idades médias consoante o estado conjugal, de permanentes e não-permanentes, o que é feito com referência ao último ano de registro de produção cafeeira. O resultado desse cômputo vai apresentado na Tabela 10. A hipótese de que os chefes de domicílio solteiros não-permanentes vivenciaram um movimento de migração direcionado para outras paróquias em meio ao processo de constituição de novos vínculos familiares coaduna-se com o valor relativamente baixo de sua idade média (33,5 anos). De outra parte, a suposição de que a maior incidência de óbitos punha-se como importante elemento a explicar o abandono da cafeicultura entre os viúvos é coerente com a idade média relativamente mais baixa encontrada entre os indivíduos não-

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista

permanentes denotados por aquele estado conjugal (47,6 anos), em comparação com a idade média dos viúvos permanentes (61,4 anos).

A consideração das variáveis de natureza econômica permitiu-nos delinear com maior nitidez a condição menos privilegiada do segmento formado pelos domicílios produtores eventuais de café permanentes. Deste atributo geral exce-tua-se o fogo chefiado até 1825 pelo Sargento-mor Brás de Oliveira Arruda e, a partir daí, por sua viúva, D. Alda Maria Floriana Nogueira. Esse casal, ao qual já se fez referência na seção anterior desse artigo, marcou-se pela propriedade de terras e de avultada escravaria, pela significativa produção de café nos anos em que se dedicou a esta lavoura, e pela relativamente elevada diversidade no que respeita ao elenco de gêneros produzidos, entre os quais se encontrava o açúcar, a aguardente, o toucinho, além dos mantimentos usualmente presentes em quase todos os domicílios voltados à agricultura (milho, feijão, arroz e farinha de mandioca). Tendo em vista o perfil destoante deste domicílio, os informes trabalhados nas tabelas que se seguem serão apresentados considerando-se, de um lado, o conjunto completo dos permanentes e, de outro, esse mesmo conjunto, agora sem aquele elemento específico, o fogo de Brás Arruda e Alda Nogueira.

Tabela 10
**Idades médias, segundo estado conjugal,
dos produtores eventuais de café que permanecem
em Bananal e daqueles que abandonam localidade**
(em anos)

Estado conjugal	Produtores eventuais de café	
	Permanentes	Não-permanentes
Solteiros	57,0	33,5
Casados	42,7	43,3
Viúvos	61,4	47,6

A Tabela 11 traz as quantidades médias produzidas de café, calculadas para os domicílios de permanentes e de não-permanentes com base no último ano em que houve o registro de tal produção. Realizamos esse cômputo para os anos de 1818, 1822, 1825 e 1828. Os valores fornecidos na tabela evidenciam a nítida inferioridade da produção média da rubiácea no caso dos fogos permane-

centes. De fato, em 1818, essa produção correspondia a 71,9% da dos não permanentes. Dita proporção diminuiu para 47,2% em 1822 e tão-somente 12,7% em 1828. No ano restante, 1825, a verificação aludida mantém-se à medida que se desconsidere, da produção dos permanentes, as 800 @ oriundas do domicílio do Sargento-mor acima mencionado; apartadas estas arrobas, a produção média do segmento em tela reduz-se a 49,6% da cifra correlata calculada para o outro grupo considerado.²³ Os próprios valores absolutos da produção média de café dos permanentes indicam que o **efetivo** abandono da lavoura cafeeira deu-se exatamente nos casos de fogos nos quais a magnitude daquela produção era extremamente modesta.²⁴

Tabela 11
Produção média de café, no último ano de produção cafeeira, dos produtores eventuais de café que permanecem em bananal e daqueles que abandonam a localidade
 (em arrobas)

Anos	Produtores eventuais de café	
	Permanentes	Não-permanentes
1818	15,6	21,7
1822	38,2	80,9
1825	75,9	55,9
	27,7 *	
1828	12,5	98,8

* *Exclusive o domicílio do casal Brás de Oliveira Arruda e D. Alda Maria Floriana Nogueira, no qual foram produzidas 800 @ de café em 1825.*

A exigua produção cafeeira dos domicílios produtores eventuais de café que permaneceram em Bananal após o aban-

²³ De outra parte, a produção média de café dos domicílios não-permanentes mostrou-se, a sua vez, sempre inferior àquela concernente aos fogos cafeeiros de 1829; mais ainda, neste último caso, a discrepância apresentou-se maior à medida que se avançava na década de 1820, tendo em vista o peso cada vez mais importante, entre os aludidos cafeeiros, dos grandes produtores da rubiácea (cf. MOTTA & NOZOE, 1994, p. 293-308). Assim, a produção média de café dos domicílios examinados naquele estudo igualou-se a: 22,2 @ em 1818; 89,7 @ em 1822, 120,9 @ em 1825 e 220,8 @ em 1829.

²⁴ O termo efetivo é enfatizado para lembrar que o abandono da cafeicultura só é certo para os produtores eventuais de café permanentes, pois, no caso dos não-permanentes, esse abandono é apenas uma possibilidade entre outras, como, por exemplo, a de que tais indivíduos tenham-se mantido como cafeeiros algures que não Bananal.

dono da cafeicultura vinculava-se, ao menos em parte, decerto, à menor disponibilidade de mão-de-obra escrava²⁵ Essa assertiva vê-se patenteada a partir da observação do número médio de escravos possuídos pelos fogos permanentes e não-permanentes, apresentado na Tabela 12. De forma análoga ao cômputo da produção cafeeira média, calculamos os plantéis médios com referência ao informe do último ano de produção da rubiácea. Por outro lado, tal como na Tabela 11, para o ano de 1825 efetuamos duas estimativas, as quais se distinguem por levar ou não em conta os 171 cativos do casal Brás Arruda e Alda Nogueira.

Excetuado o plantel acima, perceberemos que, em média, os permanentes, em nenhum dos anos considerados, detiveram número superior a dois escravos, cifra inferior aos 2,4 cativos que correspondiam ao menor número médio de escravos verificado entre os domicílios não-permanentes, nos quais o maior tamanho dos plantéis, em média, é atingido em 1828 (5,5 cativos). Em verdade, é expressiva a participação percentual dos não-escravistas entre os permanentes: 100% em 1818, 50% em 1822, 56% em 1825 e 75% em 1828. Além de expressivos, esses percentuais são sempre superiores aos calculados para os fogos não-permanentes: 66% em 1818, 46% em 1822, 45% em 1825 e 31% em 1828. Reafirma-se, portanto, a proposição segundo a qual eram os permanentes um conjunto formado por indivíduos que estavam entre os pior aquinhoados na localidade em apreço: à modesta produção cafeeira conjugava-se a escassa possibilidade do recurso à mão-de-obra escrava.

²⁵ A exigüidade das quantidades médias de café produzidas pelos permanentes - e também, ainda que em menor medida, pelos produtores eventuais de café em geral -, é corroborada quando se comparam os informes constantes da tabela 11 com os comentários seguintes, de Alice Canabrava: "*De um modo geral coincidem as observações coevas em que, aos seis ou sete anos de idade, com a primeira carga de frutos, a colheita alcançava cerca de cem arrobas por mil pés, conservando o cafeeiro produtividade pelo espaço de dez anos aproximadamente. O precioso depoimento de Saint-Hilaire sobre as plantações ao longo do vale do Paraíba, nas três capitâneas fronteiriças, registrou a média de 90 a 120 arrobas por mil pés nas primeiras safras. Em pleno viço um pé de café produzia, na terra virgem, de 1.377 a 1.836 gramas. Estes números são em geral aceitos como indicação da rentabilidade da planta nos primeiros dez anos.*" (CANABRAVA, 1974, p. 93) "*Considerando-se a média de produtividade nas áreas novas, de 100 arrobas por mil pés, e sendo também de mil pés a média que se atribuía ao trato, por escravo (...).*" (Idem, p. 128) De fato, observando-se a lista nominativa de Bananal concernente a 1825, na qual se fornece o número de cafeeiros em cada domicílio, tal informação é feita tendo por unidade de medida "mil pés", o que sugere que a produção dos permanentes não se referia à totalidade dos cafeeiros e/ou seus cafezais marcavam-se por baixa produtividade. Assim, por exemplo, o fogo de Thomé Roiz de Lima, viúvo pardo, natural de Minas Gerais, que em 1825 contava 50 anos de idade, colheu 16 @ da rubiácea, vendidas para o Rio de Janeiro a 3\$000 réis a arroba. No mesmo ano, da documentação compulsada consta que, neste domicílio, habitado pelo viúvo, seus três filhos (Dinis e Valeriano, ambos com 16 anos, e Manoel, com 7 anos de idade) e nenhum cativo, cultivavam-se 1 mil pés de café.

Tabela 12
Número médio de escravos, no último ano de produção cafeeira, dos produtores eventuais de café que permanecem em Bananal e daqueles que abandonam a localidade

Anos	Produtores eventuais de café	
	Permanentes	Não-permanentes
1818	ZERO	2,4
1822	1,7	5,3
1825	12,4	3,2
	1,9 *	
1828	0,5	5,5

** Exclusive o domicílio do casal Brás de Oliveira Arruda e D. Alda Maria Floriana Nogueira, no qual foram arrolados 171 escravos em 1825.*

Essa proposição é igualmente corroborada quando se tomam os informes acerca da propriedade fundiária. Dessa forma, dentre os 38 chefes de domicílios permanentes, 24 estavam presentes na lista nominativa de 1818, ano em que se procedeu ao Inventário de Bens Rústicos atinente a Bananal. Neste Censo de Terras foram localizados 5 (20,8%) daqueles 24 chefes de domicílio. Procedimento semelhante, aplicado aos chefes de domicílios não-permanentes produziu os seguintes resultados: 79 presentes na lista nominativa de 1818, dos quais 18 (22,8%) arrolados entre os proprietários fundiários. Vale dizer, ainda que a propriedade de terras não fosse um elemento comum para os produtores eventuais de café em sua totalidade - cerca de 4/5 deles não as possuíam -, ela era ligeiramente menos comum entre os permanentes.

Vai se delineando, pouco a pouco, o perfil econômico dos domicílios permanentes. Este perfil reproduz - e acentua - os traços observados para o conjunto dos produtores eventuais de café, quais sejam, a diminuta produção de café e a rarefeita propriedade de terras e de cativos. Por outro lado, o próprio abandono da cafeicultura parece ter produzido efeitos no sentido de aprofundar as condições econômicas precárias daqueles indivíduos. Quanto a este aspecto, a Tabela 13 traz as produções médias de gêneros agrícolas, exceto o café, realizada pelos fogos permanentes. Calculamos essas produções em dois momentos distintos: no último ano de registro da produção cafeeira e no primeiro ano subsequente ao abandono da cafeicultura.

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista

Tabela 13
Produção média, exclusive a de café, dos domicílios produtores eventuais de café que permanecem em Bananal, no último ano de produção cafeeira e no primeiro ano subsequente

Gêneros *	último ano de produção cafeeira	primeiro ano após o abandono da cafeicultura
milho	113	30
	44 **	23 **
feijão	37	50
	14 **	9 **
arroz	18	22
		10 **
farinha	13	33
		9 **
toucinho	9	21
		9 **
açúcar	3900	1000
aguardente	2160	12

* Milho, feijão, arroz e farinha vão expressos em alqueires; toucinho e açúcar em @; aguardente em canadas (no último ano de produção cafeeira) ou em pipas (no primeiro ano subsequente ao abandono da cafeicultura).

** Exclusive o domicílio do casal Brás de Oliveira Arruda e D. Alda Maria Floriana Nogueira.

A observação dos informes constantes da tabela em questão permite verificar que, uma vez mais excetuado o caso do domicílio de Brás Arruda, mostraram-se decrescentes as produções de milho, feijão, arroz e farinha levadas a cabo pelos fogos permanentes após o abandono da cafeicultura. Por outro lado, permaneceu nos mesmos níveis o preparo de toucinho. Essa diminuição na produção agrícola, aliada à pequena variação no total da escravaria possuída por aqueles indivíduos, sugere que tenha havido mesmo uma redução na disponibilidade de gêneros alimentícios *per capita*.²⁶ Tal sugestão corrobora-se, outrossim, com o fato de que vários dentre estes fogos permanentes deixaram inclusive de ser produtores de bens agrícolas.

O resultado acima exposto, válido para a generalidade dos permanentes, claramente não se adequa ao evoluir da produção do domicílio de Brás Arruda. Neste, o abandono da cafeicultura coincidiu com o falecimento do Sargento-mor, com

²⁶ O número total de cativos de propriedade dos 37 domicílios permanentes em tela perfazia 50 indivíduos no último ano de registro da produção cafeeira e 44 no primeiro ano subsequente.

a substancial redução do plantel de escravos (de 171 para 106 pessoas), a diminuição igualmente significativa no fabrico de açúcar (de 3900 para 1000 @) e na produção de milho (de 2600 para 200 alqueires), ao passo que se elevou a quantidade colhida de feijão (de 800 para 900 alqueires), retomou-se o cultivo de arroz (200 alqueires) e o preparo de toucinho (80 @) e, por fim, iniciou-se a fabricação de farinha de mandioca (200 alqueires).

Dentre os demais 37 fogos permanentes, 30 (81,1%) mantiveram-se como produtores agrícolas. Destes, porém, seis, nos recenseamentos que se seguiram ao abandono da cafeicultura, apareciam arrolados com a seguinte observação: "agricultor novo habitante". Esses casos, ao que parece, refletem a elevada mobilidade espacial à qual estariam particularmente sujeitos os agricultores mais modestos, exercendo sua lide em terras devolutas ou "de favor", nas quais encetavam o cultivo cafeeiro, posteriormente deixado para trás e eventualmente encampado - ou mesmo adquirido pela compra - pelo proprietário fundiário. Trajetória semelhante pode ter sido vivenciada pelos ocupantes dos quatro fogos permanentes que passaram a ser recenseados como jornaleiros. Essa ocupação coaduna-se com a mesma inflexão espacial característica dos "novos habitantes" e produz o mesmo cenário de pequenos cafezais formados cuja exploração ficará aos cuidados de outrem.²⁷

O abandono da cafeicultura significou também o afastamento da atividade agrícola para os integrantes de três outros domicílios permanentes. Assim, Antônio Barbosa, um viúvo branco com 48 anos de idade em 1825, natural de Guaratinguetá, produzia àquele ano 34 @ de café, 12 alqueires de feijão, igual quantidade de milho e 10 alqueires de farinha. Este domicílio era então habitado por Antônio, seus dois filhos e dois escravos. Após o afastamento da cafeicultura, o viúvo passou a negociar com molhados da terra, atividade na qual "lucrou para sua sustentação". Foi com esta nova ocupação que Antônio Barbosa constou da lista nominativa de 1828, ainda juntamente com seus dois filhos, Severino e Maria, e agora como proprietário de uma só cativa.

²⁷ Claro está que esta vinculação dos agricultores mais modestos com o movimento de formação de cafezais poderia estar a ocorrer igualmente com os domicílios que se mantiveram como cafeicultores até 1829. Tal ocorrência verificar-se-ia nos casos em que estes agricultores - itinerantes dentro da região de Bananal - , uma vez concluída a formação do cafezal em terras alheias, delas partissem para outras terras, também de propriedade de terceiros - eventualmente pertencentes ao mesmo proprietário fundiário - , onde encetariam o plantio de novos cafeeiros. Salientemos, com ênfase, que, apenas na medida em que a cafeicultura não fosse mais "uma aventura arriscada", passando a formação dos cafezais a compor a lógica de funcionamento da economia escravista, só então, estaríamos defronte ao embrião da categoria de formadores de cafezais tal como descrita em MARTINS (1981).

Já o domicílio formado pelo casal Paulo Mariano e Lúcia Maria, seus três filhos e sete escravos produziu, em 1822, 100 @ de café, 20 de toucinho, 30 alqueires de milho, a mesma quantidade de arroz e 20 alqueires de feijão. Paulo, natural de Resende, que em 1818 fora recenseado como agricultor e negociante de molhados, passou a constar dos arrolamentos, após o abandono da lide cafeeira, como oficial de carpinteiro. Esta a sua ocupação em 1825, ano em que não mais detinha quaisquer cativos. Por fim, cabe referir o caso de Ignácia Nogueira, uma negra viúva natural de Minas Gerais, que vivia com um agregado de cinco anos de idade em seu domicílio no qual produziu, em 1818, sem o concurso da mão-de-obra escrava, 8 @ de café, 16 alqueires de milho e 2 de feijão. Ignácia, octogenária na década de 1820, foi registrada na lista nominativa de 1822 mediante a seguinte anotação do recenseador: "vive de suas esmolas".

O exame dos domicílios permanentes, com a ênfase posta nas situações que se seguiram ao abandono da cafeicultura, efetuado nos últimos parágrafos desta seção, reafirma a assertiva de que esse afastamento da atividade cafeeira redundou no aprofundamento das precárias condições materiais em que se encontrava aquele segmento. De fato, como visto, a maior parte dos fogos em tela continuou votada à agricultura, porém com resultados que se mostraram aquém dos obtidos anteriormente. Por outro lado, nos poucos casos em que se verificou mudança mais radical no que respeita à ocupação, tampouco houve quaisquer melhoras que conduzissem os indivíduos envolvidos para fora dos limites postos por sua mesquinhez econômica.²⁸ Achavam-se, portanto, os permanentes, apartados dos circuitos locais de acumulação de riqueza, seja na forma de escravos, seja em sua expressão fundiária.

Considerações finais

O período iniciado nos anos derradeiros dos Setecentos e que se prolongou pelas primeiras décadas do século passado caracterizou-se, em Bananal, pela rápida e ampla dis-

²⁸ É ilustrativo a este respeito o exemplo dado pelo já mencionado fogo encabeçado por Paulo Mariano. Em 1822, como agricultor, a venda de sua produção de 100 @ de café rendeu-lhe o montante de 520\$000 réis; em 1828, a atividade de carpintaria proporcionou-lhe o lucro de tão-somente 50\$000 réis.

seminação da lavoura cafeeira, a qual se deu *pari passu* a um afluxo populacional fortemente assentado no elemento escravo. A cafeicultura, que em um primeiro momento mostrou-se de fácil acesso, ensejou um processo de acumulação, particularmente em cativos, do qual partilharam inúmeros habitantes da localidade. Na década de 1820, configurando nova fase da produção da rubiácea, sedimentou-se a participação majoritária das unidades cafeeiras de maior porte, vivenciando-se inclusive, ao que parece, um movimento de concentração da riqueza.²⁹ Durante todo esse período, vários dentre os agricultores menos abastados mantiveram-se como cafeicultores, ainda que seu peso relativo na quantidade produzida tenha-se apresentado cada vez mais reduzido. Por outro lado, muitos outros - uns poucos, inclusive, detentores de cabedais mais expressivos - não se fixaram no cultivo da rubiácea. É para este grupo, dos produtores eventuais de café da cafeicultura bananalense, que voltamos nossa atenção neste trabalho.

Examinamos os produtores eventuais de café de acordo com elementos de ordem demográfica e, sobretudo, econômica. Realizamos a análise em duas etapas. Na primeira, tomamos o conjunto dos indivíduos que se apartaram da cafeicultura, o qual foi comparado ao segmento formado pelos cafeicultores em 1829, marco cronológico superior deste estudo. Na segunda das etapas aludidas, enfocamos o grupo dos produtores eventuais de café consoante os dois subconjuntos que o compunham, quais sejam: os permanentes, que continuaram a residir em Bananal após o abandono da lavoura cafeeira; e os não-permanentes, que deixaram de ser arrolados nas listas nominativas da localidade, seja por força de terem migrado para outras freguesias, seja por terem morrido sem que houvesse sido possível localizar seus familiares remanescentes.

A consideração do conjunto dos produtores eventuais de café evidenciou-nos, antes do mais, ser muito breve - amide um único ano - o tempo de permanência da maioria desses indivíduos na lide cafeeira. De outra parte, o exame de variáveis demográficas e econômicas permitiu-nos a caracterização dos componentes daquele conjunto como um segmento específico, distinto daquele constituído pelos cafeicultores de 1829. Dessa forma, verificamos que os domicílios produtores eventuais de café eram chefiados por pessoas em média mais velhas, o que se mostrou compatível com a presença mais significativa, em tais fogos, de viúvos de ambos os sexos, em

²⁹ É plausível supor que esse movimento se manifestasse, também, sob a forma de um aumento na frequência de conflitos fundiários, muitos dos quais resultassem na expulsão de pequenos produtores cujo cultivo era realizado em terras possuídas a título precário.

especial as mulheres.

Observamos, adicionalmente, que o abandono da cafeicultura deu-se em domicílios que eram, em média, menos favorecidos em termos econômicos do que os cafeicultores de 1829. De fato, embora contribuíssem de modo relevante para o total da produção bananalense da rubiácea em alguns anos, foi sempre menor sua produção domiciliar média. Em boa medida, este resultado decorre dos díspares padrões encontrados de distribuição da propriedade cativa. Vale dizer, entre os fogos produtores eventuais de café eram relativamente mais importantes os não-proprietários de escravos e, dentre os escravistas, era menor a participação relativa dos plantéis com 10 ou mais escravos. No mesmo sentido - de uma situação econômica menos favorecida dos produtores eventuais de café - apontou a análise da distribuição da propriedade fundiária realizada com base no Censo de Terras de 1818. Ainda que houvesse proprietários de terras nos dois segmentos considerados, eles eram muito mais freqüentes no caso dos cafeicultores de 1829 (um terço do total desses cafeicultores presentes em 1818, contra um quinto dos produtores eventuais de café localizados naquele mesmo ano). Em verdade, as duas formas de riqueza em tela - escravos e terras - apresentaram elevada correlação em ambos os grupos estudados: quase dois terços dos proprietários fundiários produtores eventuais de café detinham também cativos, proporção que se elevou para quase oito décimos entre os cafeicultores de 1829.

Na segunda etapa da análise, evidenciamos que as características demográficas e econômicas dos produtores eventuais de café apresentaram-se distintas conforme sua segmentação em permanentes e não-permanentes. Dentre estes últimos, ainda que minoritários, eram comparativamente mais importantes os chefes de domicílio solteiros ou viúvos. É possível que para os solteiros fosse mais viável a saída da localidade, eventualmente com vistas ao estabelecimento de novos núcleos familiares em regiões que iam pouco a pouco sendo incorporadas pela marcha do café; por outro lado, quanto aos viúvos, a prevalência de idades em média mais elevadas sugere a ocorrência mais freqüente de óbitos a qual, aliada à impossibilidade de identificar os sucessores na documentação utilizada, impunha a classificação desses domicílios como não-permanentes.

Os permanentes, com a exceção do fogo habitado pelo casal Brás de Oliveira Arruda e Alda Maria Floriana Nogueira, compunham o subconjunto menos favorecido economicamente dos fogos produtores eventuais de café. Sua produção cafeeira era, em média, menor do que a dos não-permanentes; era também menor o número médio de escravos

por eles possuído, o qual não atingiu em nenhum dos anos examinados a cifra de dois indivíduos, número que se colocou abaixo do menor valor correlato calculado para o caso dos não-permanentes. No que respeita à propriedade fundiária, o mesmo procedimento comparativo indicou ser menos importante a participação relativa de proprietários de terras entre os permanentes localizados no arrolamento de 1818.

Portanto, a grande maioria dos produtores eventuais de café não era proprietária de terras, afirmativa esta que se aplica mormente aos permanentes. De fato, as precárias condições materiais em que viviam os habitantes desses domicílios, bem como sua elevada mobilidade espacial, foram atestadas ao examinarmos o elenco de atividades econômicas elencadas após o abandono da cafeicultura. Entre os que se mantiveram vinculados à agricultura, observamos a redução da produção média de gêneros, o mais das vezes mantimentos. Alguns dos permanentes foram anotados como "novos habitantes", o que sugere o caráter itinerante desses fogos. Outros apareceram como jornaleiros. Mudanças mais pronunciadas de ocupação econômica também ocorreram nos casos do indivíduo que passou a viver de seu ofício de carpinteiro e da velha senhora arrolada como vivendo de esmolas. Para a totalidade das situações encontradas foi nítida a piora das condições materiais de existência dos indivíduos produtores eventuais de café da cafeicultura e que permaneceram em Bananal.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, José Jobson de A. (1980). *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- BRIOSCHI, Lucila Reis (1995). *Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo, 1725-1835*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (mimeografado).
- CANABRAVA, Alice P. (1972). Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia*, v. 26, n. 4, p. 95-123, out./dez. 1972.
- CANABRAVA, Alice (1972a). A repartição da terra na capitania de São Paulo, 1818. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, p. 77-129, dez. 1972.
- CANDIDO, Antonio (1982). *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 6.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.
- COSTA, Iraci del Nero da (1992). *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1983). *Homens livres na ordem escravocrata*. 3.ed. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.
- MARTINS, José de Sousa (1979). *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, José de Sousa (1981). *Os camponeses e a política no Brasil: as*

Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista

lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

- MOTTA, José Flávio (1990). *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de escravos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1990. (mimeografado).
- MOTTA, José Flávio & NOZOE, Nelson (1994). Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, v. 24, n. 2, p. 253-320, maio/ago. 1994.
- MÜLLER, Daniel Pedro (1978). *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*. São Paulo: Gov. do Estado, 1978. (Coleção Paulística, 11).
- PRADO JR., Caio (1977). *História econômica do Brasil*. 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- STEIN, Stanley J. (1961). *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, Affonso de E. (1939). *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, Volume segundo, tomo II, 1939.